



## 2<sup>nd</sup> International Conference of the Third Sector

Management and Accounting Issues

### **Avaliação de Desempenho e Sustentabilidade de Serviço Público não-Estatal: O projeto Centro de Ensino e Reabilitação (CER)**

**José Antonio DE FRANÇA**

Universidade de Brasília

franca@itecon.com.br | ORCID: 0000-0002-8233-3620

**Giovana Gomes Barros**

Universidade de Brasília

giovana Barrosbsb@hotmail.com

**Resumo:** Este artigo apresenta resultados de pesquisa empírica sustentada em metodologia com abordagens quantitativa, não paramétrica, e qualitativa com o objetivo principal de avaliar o desempenho, eficiência, eficácia e sustentabilidade de um projeto de parceria executada pelo Centro de Ensino e Reabilitação (CER), objeto de um termo de colaboração firmado com a Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal. A execução do projeto está prevista para 72 meses, iniciada em julho de 2016. Os dados utilizados foram recuperados dos relatórios físico-financeiros de julho de 2016 a dezembro de 2020 e se referem apenas aos primeiros 54 meses de execução. A abordagem quanti-qualitativa está sustentada em indicadores que sinalizam o *status* de desempenho e de sustentabilidade da parceria com base na execução físico-financeiro mensal e em avaliação sensitiva promovida por profissionais especializados, obtida por meio de entrevistas e oficinas, com os assistidos, familiares e orientadores educacionais. Os resultados aportam significativas evidências de que a parceria é exitosa com desempenho eficiente, eficaz e sustentável e contribui com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 11 das Nações Unidas (Cidades e Comunidades Sustentáveis). As contribuições da pesquisa são suficientes para contribuir com o monitoramento do projeto por parte da Secretaria de Estado, com pesquisas futuras e discussão da adequação do modelo.

**Palavras-Chave:** Desempenho e sustentabilidade. Desenvolvimento sustentável. Política pública de assistência social. Serviço público não-estatal.



## **1. INTRODUÇÃO**

Este artigo apresenta resultado de pesquisa empírica que avalia o desempenho e a sustentabilidade de um projeto de parceria, em execução, objeto de um termo de colaboração firmado pelo Centro de Ensino e Reabilitação (CER), executora, e pela Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal, financiadora, para reabilitação de 40 crianças, adolescentes e adultos com deficiência física e mental, com vigência por um período de 72 meses, no valor de R\$ 1.782.785,97, a partir de julho de 2016. A avaliação abrange os primeiros 54 meses, de julho de 2016 a dezembro de 2020.

O CER é uma Organização da Sociedade Civil (OSC) sem fins lucrativos, fundada em 13 de dezembro de 1981, com sede no Distrito Federal, que está apta a firmar os termos de parcerias instituídos pela Lei Federal 13.019/2014 denominada Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), para a entrega de *serviço público não-estatal*.

De acordo com o MROSC é considerada OSC a entidade sem fins lucrativos cujas sobras econômicas não sejam distribuídas aos seus colaboradores, sendo utilizadas integralmente para manutenção do objeto social, condição que é satisfeita pelo CER, por ser uma entidade integrante do terceiro setor.

O terceiro setor como difundido pela literatura agrega a economia social diferenciando-se do primeiro setor composto por organizações do Estado e do segundo setor integrado por organizações do Mercado (PAES, 2012). Por isso, a característica e a finalidade do terceiro setor diferem dos outros dois setores porque tem como lema desenvolver atividades sociais, por meio de prestação de serviços e distribuição de bens essenciais, mitigando as falhas do Estado e do Mercado, no atendimento aos mais carentes e aos mais vulneráveis. A partir de agora, as terminologias organização e entidade são utilizadas como equivalentes.

A execução da parceria é orientada pelas regras específicas e pelo plano de trabalho que estipulam como deve ser a execução financeira e a prestação de contas, definindo forma, metodologia e prazos, assim como a forma de monitoramento e avaliação da eficiência e da eficácia na alocação dos recursos públicos, como exigem as regras de controle e o MROSC.

A motivação e o objetivo deste artigo, como resultado da pesquisa, é avaliar a eficiência e a eficácia nos primeiros 52 meses da execução da parceria pelo CER, utilizando o modelo introduzido por De França (2021), para testar as métricas de desempenho e de sustentabilidade, com abordagens quantitativa e qualitativa.

Espera-se que a aplicação do modelo aos dados empíricos possa sinalizar, por meio das métricas de desempenho e sustentabilidade, que o *serviço público não-estatal* está sendo entregue e que a continuidade da alocação dos recursos seja viável, pois se assim o for, os resultados corroborarão o comprometimento do terceiro setor com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) das Nações Unidas (ONU, 2015), e assegurarão ao financiador que a política pública de assistência social de descentralizar recursos da sociedade para execução de projetos em parcerias é sustentável.



Para além desta seção 1 introdutória o artigo está organizado nas seguintes seções: 2. Evolução histórica e características das organizações do terceiro setor no Brasil; 3. Desempenho e sustentabilidade no terceiro setor 4. Metodologia de trabalho; 5. Análise de resultados da parceria; 6. Conclusões; e Referências.

## **2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA E CARACTERÍSTICAS DAS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR NO BRASIL**

A literatura aborda a evolução histórica do terceiro setor no Brasil em quatro momentos. O primeiro momento se estende da colonização ao início do século XX, em que as práticas de caridade eram feitas pela Igreja Católica por meio de instituições como as Santas Casas de Misericórdia e outras entidades com valores cristãos. O segundo momento, na primeira metade do século XX, é atrelado ao governo de Getúlio Vargas, que tinha o Estado como implantador de políticas públicas com auxílio de organizações sem finalidade de lucro, definidas por lei como entidades de utilidade pública, como fez com a Lei 91 (Brasil, 1935). O terceiro momento é marcado por mobilizações para divulgar os problemas sociais da ditadura militar e pelo surgimento das Organizações Não Governamentais (ONGs), que incitavam a mobilização social e contestação política. O quarto e atual momento surgiu com a redemocratização, tendo como foco questões de cidadania e direitos fundamentais humanos, além de reorganização do papel estatal com a inserção das organizações da sociedade civil na prestação de serviços públicos (Carvalho, 2006).

Para além dessa evolução de momentos a literatura também aborda que a sociedade civil brasileira pode ser compreendida pela divisão em três setores (Siqueira e Soares (2019)). O primeiro setor é representado pelo Estado, que tem o dever de promover o bem-estar social e distribuição de renda, proteger os cidadãos, cuidar da segurança, da saúde e educação. O segundo setor é integrado pelo Mercado que tem a finalidade de ofertar bens e serviços, gerara emprego e renda, e auferir lucros. O terceiro setor, composto pelas organizações da sociedade civil, sem finalidade de lucro, navega entre os dois primeiros setores, e mitiga as falhas do Estado e do Mercado, sem a missão de substituí-los, e avança na oferta de serviço público não-estatal (De França, 2021).

Como forma de reconhecimento do papel desempenhado pelas organizações do terceiro setor o Estado renuncia a arrecadação de tributo, por meio dos institutos jurídicos da imunidade e isenção, como dispõe a Constituição Federal (Brasil, 1988), para que haja mais serviço não-estatal entregue á sociedade.

Mas as organizações do terceiro setor não somente entregam benefícios, elas também os recebem por meio de renúncia fiscal de tributo e trabalho voluntário que é outra característica dessas organizações. Assim os recursos descentralizados de forma direta pelo Estado, os recursos da transferência indireta representados pela renúncia fiscal de tributo e o trabalho voluntário, são parte das fontes de financiamento do *serviço público não-estatal* ofertado por essas organizações que devem ser objeto de prestação de contas para reguladores, aportadores de fundos e para a sociedade em geral (Voese e Reptczuk, 2011).

É notório que os recursos financeiros não são abundantes. Com a redemocratização do Brasil, as OSCs (ONGs) ampliaram seus espaços de atuação e com o crescente número de



## 2<sup>nd</sup> International Conference of the Third Sector

Management and Accounting Issues

organizações, houve drástica redução de financiamento externo como consequência do redirecionamento de recursos a países menos desenvolvidos e em situação de graves conflitos sociais, e das maiores exigências impostas às organizações beneficiadas, cobradas por eficiência organizacional, com destaque para planejamento, avaliação e prestação de contas, assim como profissionalização e capacitação institucional (BNDES<sup>1</sup>, 2001). Durante os anos 90, o setor empresarial adentrou em programas sociais, por meio de fundações e institutos associados, e isso representou a inserção do terceiro setor no mercado, ampliando possibilidades de parcerias e de fontes de recursos para as instituições e aumentando a necessidade de melhorias de qualidade e transparência, além da essencialidade de adoção de novas estratégias de sustentabilidade e governança.

Muitos indivíduos utilizam o termo ONG para denominar as entidades de terceiro setor atuantes nas causas sociais no Brasil, porém, esse termo serve apenas para indicar que estas organizações não integram o governo e realizam atividades de fim público. Dessa forma, em 2014 entrou em vigor a Lei Federal nº 13.019/14 (Brasil, 2014), que também é conhecida como o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC, e renomeou aquelas entidades privadas sem fins lucrativos que possuem parcerias com o Estado, as quais passaram a ser denominadas Organizações da Sociedade Civil – OSC. O novo termo utilizado é capaz de refletir de maneira mais fidedigna a missão dessas entidades, uma vez que ela é formada pela sociedade civil com o intuito de atender necessidades sociais, como saúde, assistência social, proteção dos animais, entre outros. (Cazumbá, 2019)

Como as organizações não governamentais não destinam nenhum de seus recursos recebidos para o patrimônio pessoal de seus diretores, é previsto em seus estatutos que caso haja dissolução da entidade, o patrimônio existente será transferido para outra entidade que possua campo de atuação semelhante. Outrossim, diferentemente do Estado, como as ONGs não podem captar recursos de maneira compulsória, tornam-se dependentes da persuasão de pessoas físicas ou jurídicas, e se financiam por meio de acordos com o Estado ou empresas e, muitas vezes, por meio de projetos estabelecidos em parcerias (Andrade, 2015)

Para analisar o atual perfil das organizações da sociedade civil que estão em atividade no Brasil, foi divulgado um documento pelo IPEA<sup>2</sup> (Mello, Pereira e Andrade, 2019; Lopes, 2018) que buscou estabelecer uma estimativa sobre o número de trabalhadores formais que compõem as Organizações da Sociedade Civil em atuação no país. Com isso, as informações obtidas mostram que no ano de 2015 havia aproximadamente 3 milhões de pessoas com empregos formais em OSCs, o que equivalia, em dezembro de 2015, a 3% da população ocupada do país e 9% do total de trabalhadores empregados no setor privado com carteira assinada. Outra informação importante divulgada pelo estudo do IPEA sobre os vínculos trabalhistas (emprego) é que 83% das organizações não mantinham vínculos formais de

---

<sup>1</sup> Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

<sup>2</sup> Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada



trabalho, e 7% mantinham até dois vínculos, com isso, havia predominância de microorganizações. Ainda, o estudo buscou identificar as transferências voluntárias feitas pela União para as Organizações da Sociedade Civil e, após os resultados alcançados, destacaram que poderia haver conflitos entre a complexidade das exigências feitas para as OSCs e as restritas competências para atendê-las em aspectos como prestação de contas. (Lopez, 2018).

### **3. DESEMPENHO E SUSTENTABILIDADE NO TERCEIRO SETOR**

A sustentabilidade no terceiro setor é entendida por Falconer (1999) como a capacidade que uma entidade possui de captar recursos, sejam eles financeiros, materiais ou humanos, de forma suficiente e constante, além de utilizá-los a fim de garantir a continuidade da organização e o alcance de seus objetivos. Em geral, como essas entidades enfrentam dificuldades em manter um fluxo regular de recursos, é imperioso que os gestores sejam capazes de ampliar as formas de obtenção de fundos para não depender de fontes individuais de financiamento. Assim, a sustentabilidade financeira é alcançada pela combinação de diversas fontes, sejam elas filantrópicas, comerciais ou esporádicas. Ainda, as organizações precisam manter com competência não somente os recursos financeiros, mas os humanos, uma vez que é importante atrair pessoas para as instituições de terceiro setor, até mesmo para ampliar o número de voluntários ao ponto de poder escolher os que mais se adequam ao perfil da organização.

A inquietude que envolve o tema sustentabilidade financeira impacta diversos segmentos das organizações que compõem o terceiro setor, desde aquelas ditas tradicionais, como as filantrópicas, até aquelas mais contemporâneas com titulações como OSCIP e OS. Dessa forma, o desafio que se apresenta a gestores e colaboradores de organizações do terceiro setor é manter a sustentabilidade financeira, sem a dependência de fontes individuais de financiamento, por meio de um fluxo alternativo próprio de obtenção de receitas. Além disso, na tentativa de alcançar a sustentabilidade financeira é importante que as organizações não se disponham a aceitar recursos de financiadores que apresentam posicionamento totalmente divergente da lógica e dos preceitos da instituição (Zape, 2007)

Araújo, Melo e Schommer (2005) argumentam que a sustentabilidade nas organizações da sociedade civil se torna um desafio cada vez maior, porque não exige apenas profissionalização gerencial, mas a conciliação da missão institucional da organização com a exigências do mercado e suas estratégias para garantir a sobrevivência financeira. Assim, em tentativas ousadas para captação de recursos financeiros que garantam a sua continuidade, há OSCs que utilizam estratégias de diversificação de seu público, inclusive para atrair os mais ricos na esperança de que estes façam aportes que financiem as necessidades dos mais pobres. Essa esperança ganha mais espaço à medida que há redução de doações e captação de recursos capazes de cobrir as despesas cotidianas que garantem o funcionamento da organização. Assim, no intuito de garantir a auto sustentabilidade, algumas entidades utilizam estratégias de venda de produtos feitos pelos usuários para alcançar uma estabilidade de captação de receitas, o que na linguagem do meio das organizações é denominado *bazar*.

A sustentabilidade pode ser definida como sendo o resultado de uma ruptura com o velho modelo de pensar e fazer negócios, com a posterior criação de um novo modelo que consista na busca de resultados econômico-financeiros, sociais e ambientais, sendo que todos



## 2<sup>nd</sup> International Conference of the Third Sector

Management and Accounting Issues

teriam a mesma relevância para a sustentabilidade da entidade. Ainda, quanto ao entendimento do conceito de sustentabilidade no cotidiano dos negócios, para alguns gestores pode parecer abstrato ser competitivo e sustentável ao mesmo tempo. Ademais, outro empecilho à obtenção da sustentabilidade seria que grandes transformações geram custos e demandam adaptação de cultura organizacional, as quais levam tempo e podem gerar conflitos. Então, parece que a mudança em direção à sustentabilidade demanda definição de objetivos, liderança firme, capacidade de vislumbrar oportunidades onde outras pessoas podem enxergar ameaças e uma crença irrevogável em novos princípios de atuação que sejam mais respeitosos para com os indivíduos e o planeta (Voltolini, 2010).

De França et al (2019) analisaram o processo de contabilidade em 31 organizações do terceiro setor com sede no Distrito Federal, à luz de oito requerimentos contábeis básicos elencados na ITG 2002/12. Esses requerimentos deveriam ter sido satisfeitos por cada OSC. Entre os oito requerimentos alguns são efetivamente básicos como reconhecimento de resultados por regime de competência, reconhecimento de doações e subsídios por realização, e reconhecimento e evidenciação de trabalho voluntário. Os resultados dessa análise demonstraram que nenhuma das 31 organizações cumpriu a completude das 8 exigências básicas e a organização que atendeu à maior quantidade, cumpriu apenas 7, sendo que uma delas não atendeu nenhum requerimento. Como essas entidades são beneficiadas por renúncia fiscal de tributo, possuem um débito com a sociedade, sendo imprescindível que atendam aos requisitos contábeis e mantenham a sociedade informada sobre a destinação de recursos a elas destinados.

Na mesma linha do estudo do parágrafo anterior, Ramos e Klann (2019) analisaram as organizações do terceiro setor atuantes no cenário brasileiro no ano de 2012 em relação à qualidade de suas informações contábeis. Os autores identificaram em 391 entidades analisadas, que apenas 38,38% apresentavam relatório de auditor independente acerca das demonstrações financeiras. Ainda, ao estabelecer um indicador para averiguar a qualidade de informações contábeis das entidades, a porcentagem mais alta encontrada foi de 54%, ou seja, elas divulgam apenas um pouco mais que a metade de informações requeridas pelos órgãos reguladores, apresentando menor índice de qualidade de informação do que as empresas pertencentes ao segundo setor da economia. Por fim, o estudo indicou que se pode observar uma relação positiva entre tamanho da organização, auditoria e tempo de funcionamento com a qualidade das divulgações, o que pode estar associado a controles mais eficientes, melhor conhecimento de normas e mais experiência sobre como lidar com os processos contábeis.

Para o cumprimento da missão institucional as organizações do terceiro setor devem aprimorar o processo de gestão operacional e financeira, com planejamento e monitoramento das ações previstas, a fim de comparar os objetivos com os recursos disponíveis que conduzem à sustentabilidade. Esse processo sustenta a avaliação do desempenho da entidade, uma vez que compara as receitas e despesas, previstas e realizadas, e conseqüente a entrega do serviço público não-estatal (Alves e Bonho, 2019). Assim, quando é estabelecida parceria com o Estado, as Organizações da Sociedade Civil criam uma relação de interdependência que influencia o seu grau de autonomia, uma vez que ficam sujeitas a metas e compromissos que



definem novos parâmetros e possibilidades de ação tendo como objetivo o recebimento de transferência direta de recursos financeiros (Mello; Pereira e Andrade, 2019)

Avaliar o desempenho de organizações sem fins lucrativos não é uma tarefa simples. De acordo com Francisco (2012), há um conjunto de demandas que devem ser cumpridas, a fim de atender os doadores que questionam como as suas doações estão sendo aplicadas, atender os órgãos externos que impõem padrões de desempenho e de boa gestão, e também atender os apelos públicos por maior transparência. Para além disso, alguns reconhecem que os atuais indicadores financeiros que deveriam avaliar o desempenho dessas organizações são insuficientes.

A adoção de práticas gerencialistas para gerir o desempenho de organizações do terceiro setor é abordada por De Lima Faleh e Sauerbronn (2018). No estudo os autores ressaltaram a indispensabilidade da avaliação de resultados pelas entidades sem fins lucrativos, uma vez que estas precisam prestar contas àqueles que financiam seus projetos, mas que há outros posicionamentos de que a adoção dessas práticas acarreta em uma fuga do caráter assistencial dessas instituições, além de uma incorporação de cultura gerencial presente no segundo setor, visando a persecução de bons indicadores para agradar os *stakeholders*. Por serem cada vez mais cobradas em relação ao gerenciamento e *accountability*, declaram os autores, é importante que essas organizações sejam capazes de avaliar resultados, mas utilizar apenas um instrumento de avaliação inviável, até por conta da particularidade de cada organização pertencer ao setor.

Estudos anteriores de diferentes organizações chegaram a uma conclusão em comum que definiu que não há uma metodologia de avaliação ideal de desempenho que inclua todas as organizações do terceiro setor. Porém, é possível definir algumas características comuns aos sistemas de avaliação bem sucedidos tais como promover a participação dos usuários, ou seja, os *stakeholders* mais relevantes devem ajudar a construir métricas de desempenho para a organização ao estabelecer suas expectativas e objetivos, além de manter um alinhamento estratégico entre as diversas partes da entidade. Ainda, para sanar as dúvidas sobre o que deve ser medido para avaliar o desempenho, é importante considerar que frente à impossibilidade de analisar todos os componentes da instituição, devem ser levantadas questões como por que se quer avaliá-la? Que tipo de informação se está procurando? Quais ações devem ser adotadas quando os dados forem obtidos? Essas dúvidas são também recorrentes para Rey Garcia (2008).

Na perspectiva de contribuir com boas práticas de avaliação a serem utilizadas, De França (2021) introduziu um modelo teórico que explora abordagens quanti-qualitativas capazes de avaliar desempenho e sustentabilidade de OSCs. A primeira abordagem seria a análise individual de cada projeto em relação ao seu desempenho operacional para averiguar se atingem o ponto de equilíbrio operacional, ou seja, se as receitas totais são capazes de cobrir os custos. Em seguida, para analisar a produtividade do serviço público não-estatal, é necessário observar se a OSC repassa à sociedade serviços que possuam no mínimo valor equivalente à renúncia fiscal do tributo e trabalho voluntário. Já a produtividade na gestão do projeto em parceria é avaliada em relação à eficácia e efetividade de ações, representadas por indicadores de gasto per capita estimado, gasto per capita realizado, índice de eficiência do projeto e índice de avaliação qualitativa. Ainda, há a sustentabilidade no contexto da matriz de geração de caixa,



## 2<sup>nd</sup> International Conference of the Third Sector

Management and Accounting Issues

que analisa entradas e saídas de caixa em um período de tempo e, por fim, aborda a importância de mensuração e alocação de trabalho voluntário nas estruturas de custo de uma OSC.

Araújo, Melo e Schommer (2005) abordam o conceito de sustentabilidade financeira, associando-o a um dos maiores desafios na gestão das Organizações da Sociedade Civil. Porém, apesar das adversidades intrínsecas ao conceito, ele deve ser pensado como o resultado da relação de diversos fatores, tais como a sustentabilidade institucional. Dessa forma, sustentabilidade financeira não trata apenas da geração e captação de recursos financeiros, mas da otimização de recursos e das relações entre os setores e dentro deles.

A captação de recursos no terceiro setor difere dos demais setores e pode ser encarada como um desafio para muitas OSCs. A principal forma de arrecadação do primeiro setor, no caso o Estado, seria junto à sociedade, por meio da cobrança de tributos, ou então por meio de empréstimos realizados com a emissão de títulos da dívida pública. Já o segundo setor, vulgo mercado, realiza sua arrecadação geralmente como resultado da atividade principal da empresa na venda de produtos ou prestação de serviços. Entretanto, a forma de captação de recursos do terceiro setor difere dos dois primeiros, como abordado por Lengler, Cruz e Jacobsen (2017), em que as fontes de recursos podem ser oriundas de doações de empresas privadas, de pessoas físicas, de agências internacionais de financiamento, da venda própria de serviços e eventos, instituições locais e até mesmo do governo.

Junior, Faria e Fontenele (2009) discutem que as organizações precisam respeitar em sua administração alguns princípios a fim de alcançar resultados esperados e atender algumas exigências formais de gestão. Dessa forma, seria importante assegurar maior eficiência, eficácia e efetividade com o intuito de maximizar resultados do planejamento ou execução da gestão. Tais princípios permitem a avaliação dos resultados entregues pela organização em termos de quantidade e qualidade das entregas, assim como em termos do que fizeram para chegar aos resultados. Portanto, uma organização eficiente seria aquela capaz de realizar as atividades de maneira apropriada, resolver problemas, resguardar os recursos utilizados, atender às demandas e reduzir custos. Já uma organização eficaz é capaz de realizar o que deve ser feito, encontrar soluções alternativas, maximizar utilização de recursos e obter resultados com o intuito de aumentar o lucro, sendo capaz de discernir acerca das oportunidades e necessidades da organização. Por fim, uma entidade efetiva seria aquela que conseguiria se manter no mercado e apresentar bons resultados gerais de forma perpétua.

Neste início de século XXI discute-se sobre o *Environmental, Social and Governance (ESG)*, com respeito aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), preconizados pelas Nações Unidas (ONU, 2015). Essa pauta tem como intuito aumentar a transparência ambiental e social e governança das organizações, por meio da diminuição da assimetria de informações que resultem em uma prestação de contas adequada, assim como a responsabilização da organização perante as partes interessadas em relação à gestão à tripla gestão. Além disso, também tem como intuito demonstrar que as atividades desenvolvidas pela organização com todas as partes interessadas estão em conformidade com os padrões éticos esperados e convergir com o cumprimento dos objetivos para garantir o reconhecimento do público em relação à sua legitimidade social de atuação como avaliam Bergamini Júnior (2021).





De forma conclusiva, é importante discutir a relação das organizações do terceiro setor com os objetivos ESG, analisando como o terceiro setor contribui com a sociedade, uma vez que os contratos de parceria geralmente são firmados para que essas entidades entreguem à sociedade serviços que o Estado deixou de entregar e as designou para entregá-los. Dessa forma, além de boas entregas, elas devem ser transparentes na divulgação da forma de utilização dos recursos adquiridos, uma vez que recebem recursos públicos para desenvolvimento de suas atividades, os quais devem ser otimizados de maneira a atingir os melhores resultados.

#### **4. METODOLOGIA DE TRABALHO**

O modelo utilizado é o proposto por De França (2021) que consiste em mensurar indicadores quantitativos e qualitativos de produtividade para avaliação do desempenho e sustentabilidade de projeto executado em parceria por organizações da sociedade civil.

Para avaliar a eficiência, eficácia e a efetividade das ações do termo de colaboração vigente, em execução pelo CER, foi realizada uma análise dos resultados e benefícios, além da sustentabilidade das ações do projeto, em andamento, utilizando como base o plano de trabalho e os relatórios físico-financeiros da execução.

Os indicadores do modelo de avaliação estão especificados utilizando as seguintes variáveis: valor estimado do projeto (VEP); quantidade estimada do projeto (QEP); valor realizado do projeto (VRP); quantidade realizada do projeto (QRP); quantidade satisfeita do projeto (QSP); quantidade colocada no mercado pelo projeto (QMP); e o tempo de execução do projeto em cada mês (t), t=(1, 2, ..., 54). A partir dessas variáveis são modeladas as equações que permitem calcular e avaliar o desempenho e a sustentabilidade do projeto executado pelo CER como declarado no objetivo da pesquisa.

##### **(a) Gasto per capita estimado (GPE)**

O **GPE** é calculado pelo modelo da equação (1) e sinaliza o custo médio estimado de reabilitação de cada assistido, em cada mês do horizonte de vigência do termo de colaboração. É uma avaliação *ex-ante*.

$$GPE_t = \frac{VEP_t}{QEP_t} \quad (1)$$

##### **(b) Gasto per capita realizado (GPR)**

O **GPR** é calculado pelo modelo da equação (2) e revela o custo médio efetivo de reabilitação de cada assistido, em cada mês de execução da parceria. É uma avaliação *ex-post*.

$$GPR_t = \frac{VRP_t}{QRP_t} \quad (2)$$

##### **(c) Índice de eficiência do projeto (IEP)**

O **IEP** é obtido pelo modelo da equação (3) que é o quociente da divisão do gasto per capita realizado pelo gasto per capita estimado. Sinaliza, de acordo com as métricas, se houve eficiência na aplicação dos recursos alocados à parceria. É uma avaliação *ex-post*.



$$IEP_t = \frac{GPR_t}{GPE_t} \quad (3)$$

Métricas de avaliação do desempenho do projeto de parceria executado pelo CER.

$$IEP_t = \begin{cases} 1 \Rightarrow \text{execução eficaz} \\ < 1 \Rightarrow \text{execução eficiente e eficaz} \\ > 1 \Rightarrow \text{execução ineficiente e ineficaz} \end{cases}$$

Para **IEP** maior do que 1, em qualquer mês da execução, a sinalização é de que no mês específico a execução do projeto não é eficaz e nem eficiente.

#### (d) Percentagem de satisfação do projeto (PSA)

A **PSA** é calculada por meio da equação (4) que é o quociente da divisão da quantidade satisfeita do projeto pela quantidade realizada do projeto, em cada mês de execução da parceria. Esse indicador reflete, em média, a satisfação de cada assistido com o serviço recebido. Pelas peculiaridades da parceria, em avaliação *ex-post*, uma **PSA** igual ou maior do que 0.90 ou 90% pode ser aceita como bom desempenho. Porém, este entendimento é em termos teóricos, pois não reflete qualquer direcionamento do gestor e nem do aportador dos recursos. O tempo de avaliação para este indicador é diferente do tempo de avaliação do IEP, pelas características da parceria já mencionadas.

$$PSA_t = \frac{QSP_t}{QRP_t} \quad (4)$$

#### (e) Percentagem de socialização do projeto (PSO)

O **PSO** calculado pela equação (5), em termos médios, reflete a percentagem de assistidos reabilitados no seio da família e da sociedade. Para este indicador a quantidade colocada no mercado equivale a quantidade de assistidos reabilitados. O tempo de avaliação para este indicador é diferente do tempo de avaliação do IEP em função das peculiaridades do projeto. Assim como o PSA, em avaliação *ex-post*, um quociente igual ou maior do que 0.90 ou 90%, em termos teóricos, sugere um bom desempenho.

$$PSO_t = \frac{QMP_t}{QRP_t} \quad (5)$$

#### (f) Indicador avaliação da qualidade (IAQ)

O **IAQ** calculado pela equação (6) é uma combinação das percentagens de satisfação e de socialização. Por ser uma combinação, o *quantum* desse indicador, em termos teóricos, como avaliação *ex-post*, sugere que o desempenho do projeto é aceitável como bom, se pelo menos igual a 0.81 ou 81%. O tempo de avaliação deste indicador também é diferente do tempo dos demais indicadores.

$$IAQ_t = PSA_t * PSO_t = \frac{QSP_t * QMP_t}{QRP_t^2} \geq 0.81 \quad (6)$$



O resultado conclusivo do modelo com os *quanta* sugerido pelo IPE e pelo IAQ é de que o projeto em avaliação atinge o *status* de desempenho eficiente, eficaz e sustentável.

## **5. ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PARCERIA**

A parceria inicialmente assistiria 35 pessoas para reabilitação e a partir de 01/04/2017 esse quantitativo aumentou para 40 assistidos. O prazo inicial da parceria era de 60 meses (01/07/2016 a 30/06/2021) que posteriormente foi prorrogado por mais 12 meses, com data de encerramento prevista para 30 de junho de 2022. Na data da coleta dos dados para a pesquisa somente foi possível obter os relatórios da execução até dezembro de 2020, assim a avaliação corresponde à execução de 54 meses. Os resultados desta análise poderão servir de subsídio para a Secretaria de Estado avaliar o cumprimento do objeto da parceria, bem como o desempenho e sustentabilidade do projeto como uma parte da política pública de assistência social.

### **5.1 Análise do desempenho do Projeto pela abordagem quantitativa**

O desempenho do projeto, pela abordagem quantitativa, é avaliado pelo índice de eficiência especificado pela equação 3 que calcula o quociente da divisão do GPR pelo GPE. Para calcular o GPE foram recuperados os dados do 3º Termo Aditivo ao Termo de Colaboração e do plano de trabalho, que contém um cronograma de desembolso com valores mensais a serem repassados ao longo de toda a parceria e as quantidades dadas como meta para reabilitação dos assistidos.

Em seguida, com base no relatório de execução que contém os valores mensais repassados e a meta alcançada foi calculado o GPR a ser confrontado com o GPE.

Com o GPE e o GPR calculados o IEP foi obtido como demonstrado na Tabela A1. Para os 54 meses de execução da parceria, como revela a referida Tabela A1, onze meses não obtiveram *status* de eficiência e eficácia porque o IEP calculado é maior do que 1, como segue: a) em 2016 o IEP é maior do que 1 nos meses setembro e dezembro; (b) em 2017 o indicador sinaliza ineficiência e ineficácia nos meses outubro e dezembro; c) em 2018 o *status* não foi cumprido no mês de dezembro; d) em 2019 o *status* não foi cumprido nos meses de janeiro, outubro e dezembro; e) em 2020 ficaram aquém do esperado os meses de outubro a dezembro.

As revelações da Tabela A1 referentes aos onze meses que não atendem ao *status* de eficiência e eficácia podem estar relacionadas com o regime contábil de reconhecimento de despesas da parceria. O regime contábil para reconhecimento de despesa e receita do CER, como uma organização da sociedade civil, é o universal, é o regime de competência. Porém, para efeito de prestação de contas da parceria prevalece o regime de caixa, pois as contas são prestadas com base no que foi recebido e no que foi pago (embolso e desembolso). Ai também pode estar a explicação para o mês de dezembro que é recorrente em todos os anos como *outlier* em não cumprimento do *status* em função de obrigação trabalhista como por exemplo, o décimo terceiro salário.

#### **5.1.1 Análise das estatísticas descritivas do desempenho da abordagem quantitativa**

A tabela 1 exhibe os estimadores das estatísticas descritivas do GPE, GPR e IEP no horizonte dos 54 meses de execução parcial da parceria, de julho de 2016 a dezembro de 2020.



Como mostra a especificação do modelo, o *quantum* do IEP é sensível ao VRP considerando as especificidades da execução financeira do projeto. Em média o GPE é maior do que o GPR no horizonte da execução financeira da parceria e por isso o IEP, em média, com confiança de 95% satisfaz o *status* de eficiência e eficácia por ser menor do que 1.

A média do gasto per capita realizado (GPR) é menor do que a média do gasto médio per capita estimado (GPE) sinalizando que o CER para assistir a mesma quantidade de pessoas consome menos recursos financeiros da parceria do que a estimativa inicialmente contratada e este desempenho sustenta o *status* de desempenho eficiente e eficaz.

A dispersão do GPR e do IEP medida pelo Coeficiente de Variação (CV) se distancia da dispersão do GPE porque no primeiro mês (juho/2016) não houve execução financeira da despesa e por causa do regime de caixa exigido pela parceria, para a prestação de contas, não houve alocação de despesa. Por isso o CV sinaliza dispersão do GPR e do IEP superior à dispersão do GPE no limite do primeiro quartil da distribuição. O distanciamento entre média e mediana, com relação ao GPE é devido às mudanças de valor e quantidade introduzidas por termo aditivo. Com relação ao GPR e IEP o fato remete à não alocação de despesa no primeiro mês da parceria.

**Tabela 1**

*Estatísticas descritivas do GPE GPR IEP – 2016 a 2020*

<b>Estimadores</b>	<b>GPE</b>	<b>GPR</b>	<b>IEP</b>
Média	851,67	831,03	0,97
Mediana	833,87	832,61	0,99
CV	0,03	0,26	0,25
Mínimo	762,77	0	0
Máximo	891,95	1920,69	2,15
Observações	54	54	54

**Fonte:** Os autores.

Nota: CV=coeficiente de variação; GPE=Gasto per capita estimado; GPR=gasto per capita realizado; IEP=índice de eficiência do projeto.

Como conclusão os estimadores estatísticos, média e mediana, corroboram que a execução do projeto promoveu desempenho eficiente e eficaz por serem, ambos, inferiores a 1 e por isso o projeto é sustentável do ponto de vista quantitativo.

## **5.2 Análise do desempenho do Projeto pela abordagem qualitativa**

O desempenho do projeto pela abordagem qualitativa é avaliado utilizando o modelo especificado pela equação 6. Para avaliar este desempenho foram recuperados dados e informações, produzidos por profissionais especializados, de sensibilidade dos assistidos, dos pais e dos responsáveis, obtidas por meio de entrevista e oficina, e a percepção dos orientadores envolvidos na reabilitação, em cada área de impacto do programa, com relação à evolução dos assistidos.



As informações e dados utilizados são os que foram produzidos pela área de terapia ocupacional com periodicidade anual. Essa periodicidade difere da utilizada pela abordagem quantitativa porque este é período em que a evolução dos assistidos é avaliada. Os dados e informações totalizam quantos assistidos evoluíram, quantos permaneceram estáveis e quantos não apresentaram evolução. Com o uso dessas quantidades foram calculadas as porcentagens de satisfação e de socialização necessárias para o cálculo do desempenho do indicador de avaliação da qualidade (IAQ).

A Tabela A1 exibe o IAQ no mês de dezembro de cada ano em função da periodicidade anual de avaliação. Seguindo a métrica do modelo é considerado satisfatório IAQ com *quantum* pelo menos igual a 0.81 ou 81% o que foi alcançado nos anos de 2016, 2018, 2019 e 2020. Em 2017 este *status* de desempenho não foi alcançado porque o *quantum* do IAQ foi 0.77. Mas no computo de todo o horizonte de tempo a média é 0.84 ou 84%, portanto superior ao mínimo 0.81 ou 81% e esta métrica sugere que a parceria está sendo executada com êxito, tem desempenho satisfatório e sinaliza que é sustentável.

### 5.2.1 Análise das estatísticas descritivas do desempenho da abordagem qualitativa

Os estimadores das estatísticas descritivas da avaliação do desempenho pela abordagem qualitativa estão exibidos na Tabela 2. O conteúdo informacional da referida Tabela 2, com 95% de confiança, é suficiente para o convencimento de que a parceria é exitosa porque, como já adiantado na análise da Tabela 1, a média do desempenho qualitativo de todo o horizonte de tempo transcorrido supera o *quantum* mínimo que sinaliza desempenho eficiente e eficaz.

A coincidência de média e mediana e a dispersão nas proximidades de zero, estatisticamente, são argumentos que sinalizam uma distribuição normal padronizada. Como o *quantum* do estimador *média* está três pontos percentuais acima do ponto de corte que desempenho sustentável, o conteúdo informacional do teste sugere que a execução da parceria é sustentável.

#### Tabela 2

*Estatísticas Descritivas do IAQ – 2016 a 2020.*

Estimadores	IAQ
Média	0,84
Mediana	0,84
CV	0,08
Mínimo	0,77
Máximo	0,95
Contagem	5

**Fonte:** Os autores.

Nota: CV=coeficiente de variação.

De forma conclusiva os resultados da análise quantitativa e qualitativa dos dados da execução do projeto de parceria trazem robustas evidências de que o projeto tem desempenho exitoso, sustentável e satisfaz o ODS orientado pelas Nações Unidas no contexto ESG.



## 6. CONCLUSÕES

A pesquisa da qual se originou este artigo levantou dados e informações da execução de um termo de colaboração em que o Centro de Ensino e Reabilitação (CER) foi contratado pela Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal para entregar um *serviço público não-estatal* de reabilitação de 40 assistidos com deficiência física e mental, no valor total orçado em R\$ 1.782.785,97 em uma parceria com duração de 72 meses, a partir de julho de 2016, dos quais 54 meses já foram executados.

Os resultados foram obtidos com uso de modelo com abordagem quanti-qualitativa sustentada em indicadores que sinalizam o *status* de desempenho e de sustentabilidade da parceria com base na execução físico-financeiro mensal e em avaliação sensitiva.

O conteúdo informacional da abordagem quantitativa trouxe robustas evidências de que a execução físico-financeira satisfaz a métrica de desempenho eficiente e eficaz. A abordagem qualitativa corrobora as respostas da abordagem quantitativa e sinaliza que a execução da parceria é sustentável.

Para além do desempenho sinalizado o conteúdo informacional das respostas da parceria mostra, nas abordagens qualitativa e qualitativa, que está em linha com a orientação ESG emanada das Nações Unidas com relação aos objetivos de desenvolvimento sustentáveis.

Os resultados da pesquisa trazem significativas contribuições para a Secretaria de Estado, como financiadora da parceria, responde de forma positiva o que se espera de uma OSC na entrega de um *serviço público não-estatal*. Contudo, deve-se observar que a pesquisa avaliou somente 54 dos 72 meses da execução, não devendo estas conclusões serem estendidas para todo o horizonte de tempo da parceria.

Por fim, acredita-se que esses resultados apresentados, como saídas do modelo quanti-qualitativo utilizado, são úteis para discussão em pesquisas subsequentes e esperam-se críticas que contribuam para aprimoramento do referido modelo.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Aline; BONHO, Fabiana Tramontin. (2019). Contabilidade do terceiro setor. Porto Alegre: SAGAH. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595028593/>>. Acesso em: 25 jul. 2021.
- ANDRADE, Renato. (2015). Serviço Social Gestão e Terceiro Setor: Dilemas nas políticas sociais. 1. ed. São Paulo: Saraiva. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502635364/>>. Acesso em: 25 Jul 2021
- ARAÚJO, Edgilson Tavares; MELO, Vanessa Paternostro; SCHOMMER, Paula Chies. (2005). O Desafio da Sustentabilidade Financeira e suas Implicações no papel social das Organizações da Sociedade Civil. In: Conferência Latino Americana Y Del Caribe –



## 2<sup>nd</sup> International Conference of the Third Sector

Management and Accounting Issues

- Internacional Society For Third Sector Research (ISTR). mai 2005, Lima, Peru (CDROM).
- BERGAMINI JUNIOR, Sebastião. (2021). ESG, Impactos Ambientais e Contabilidade. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro v. 23, n. 80, p. 46-54, jan./abr.
- BNDES. (2001). Terceiro setor e desenvolvimento social. Relato Setorial nº 3. Disponível em: <<https://silo.tips/download/terceiro-setor-e-desenvolvimento-social-relato-setorial-n-3-as-geset>>. Acesso em: 27 maio 2021.
- BRASIL (1988). Constituição Federal.
- BRASIL. Lei 13.019 de 31 de julho de 2014. Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113019.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113019.htm)>. Acesso em 06 out. 2021.
- CARVALHO, Débora Nacif de. (2006). Gestão e Sustentabilidade: um estudo multicase em ONGs ambientalistas em Minas Gerais. Orientadores: Prof. Ivan Beck Ckagnazanoff Prof. Allan Claudius Queiroz Barbosa. 2006. 157 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Pós- Graduação e Pesquisa em Administração, Belo Horizonte.
- CAZUMBÁ, Nailton. (2019). Abrir uma ONG, OSCIP ou Instituto? Escola Aberta Terceiro Setor. Disponível em: <<https://www.escolaaberta3setor.org.br/post/abrir-uma-ong-oscip-ou-instituto>>. Acesso em: 22 de jun. de 2021.
- DE FRANÇA, Jose Antonio. (2021). Performance assessment and sustainability of Civil Society Organizations: quanti-qualitative theoretical contributions. International Journal for Innovation Education and Research. Disponível em: <<https://orcid.org/0000-0002-8233-3620>>. Acesso em: 4 de jul. de 2021.
- DE FRANÇA, Jose Antonio et al. (2019). The process of accountability in third sector organizations in Brazil: An assessment of accountability in private foundations overseen by the MPDFT . International Journal for Innovation Education and Research, 7(5), 62–77. Disponível em: <<https://doi.org/10.31686/ijer.vol7.iss5.1473>>. Acesso em: 30 de jul. de 2021.
- DE LIMA FALEH, Jean; SAUERBRONN, Fernanda Filgueiras. (2018). Gerenciamento de Desempenho: uma discussão sobre sua aplicação no Terceiro Setor. **Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI**, Floriano, v. 5, n. 1, p. 50-65.
- FALCONER, Andrés Pablo. (1999). A promessa do terceiro setor: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão. 1999. 23 f. Dissertação de mestrado. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP-SP, São Paulo.
- FRANCISCO, Luís António Antunes. (2012). O desempenho das Organizações Sem Fins Lucrativos na perspectiva dos stakeholders. Tese de Doutorado em Gestão, Universidade da Beira Interior, Corvilhã, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.6/2623>>. Acesso em: 27 jul. 2021.



- JUNIOR, Maiso Dias Alves; FARIA, Maria Vilma Coelho Moreira.; FONTENELE, Raimundo Eduardo Silveira. (2009). Gestão nas organizações do terceiro setor: Contribuição para um novo paradigma nos empreendimentos sociais. XXXIII encontro da ANPD. São Paulo, v. 19, p. 23.
- LENGLER, Fernando Ramos; CRUZ, Ricardo de Lima Caiubi; JACOBSEN, Alessandra de Linhares. (2017). Captação de recursos pelo terceiro setor: a importância de um intermediário como canal de comunicação entre doador e tomador. **Revista Vianna Sapiens**, [S. I.], v. 1, n. 1, p. 152-172. Disponível em: <<https://www.viannasapiens.com.br/revista/article/view/18>>. Acesso em: 5 out. 2021.
- LOPEZ, Felix Garcia (Organizador). (2018). Perfil das Organizações da sociedade civil no Brasil. Brasília: IPEA.
- MELLO, Janine; PEREIRA, Ana Camila Ribeiro; ANDRADE, Pedro Gomes. (2019). Afinal, o que os dados mostram sobre a atuação das ONGs? Análise de transferências federais e projetos executados pelas organizações da sociedade civil no Brasil. Rio de Janeiro, IPEA.
- ONU (2015). In Department of Economic and Social Affairs. Sustainable Development Goals - SDGs. ”(<https://www.un.org/sustainabledevelopment/blog/2018/07/un-forum-spotlights-cities-where-struggle-for-sustainability-will-be-won-or-lost-2/>).
- SABO PAES, J.E. (2013). Fundações, Associações e Entidades de Interesse Social. 8<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro, Forense.
- RAMOS, F. M; KLANN, R. C. (2019). Relationship between quality in accounting information and organizational characteristics of the third sector entities. *Revista Organizações & Sociedade*, v. 26, n. 88, p. 9-27, jan./mar.
- REY GARCIA, M. (2008). Evaluating the organizational performance and social impact of third sector organizations: A new functional realm for nonprofit marketing. Paper presented at the 8th International Conference of the International Society for Third Sector Research and published in the Conference Working Papers Volume.
- SIQUEIRA, Rhafael Cândido Pontes; SOARES, Gláucia Aparecida Mendes. (2019). Gestão no Terceiro Setor. [S.I.]. Disponível em: < <http://hdl.handle.net/123456789/2289>>. Acesso em: 20 de jul. de 2021.
- VOESE, Simone Bernardes; REPTCZUK, Roseli Maria. (2011). Características e Peculiaridades das Entidades do Terceiro Setor. **ConTexto**, Porto Alegre, v. 11, n. 19, 1 semestre.
- VOLTOLINI, Ricardo. (2010). Afinal, o que é essa tal de sustentabilidade? Akatu. Disponível em: < <https://akatu.org.br/afinal-o-que-e-essa-tal-de-sustentabilidade/>>. Acesso em: 13 de jul. de 2021.
- ZAPE, Katiani Lucia. (2007). Terceiro setor: algumas reflexões sobre a intensa corrida pela sustentabilidade. In: VI CONFERÊNCIA REGIONAL DE ISTR PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. Salvador: UFBA.





## AGRADECIMENTOS

Agradecemos à direção do Centro de Ensino e Reabilitação (CER) por disponibilizar os dados e informações que foram essenciais para a realização da pesquisa. Com os dados físico-financeiros e informações qualitativas colocados à disposição dos pesquisadores foi possível testar o modelo desenvolvido pelo Professor Doutor e Pesquisador José Antonio de França, do Laboratório de Pesquisa e Extensão do Terceiro Setor (LPETS) do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Universidade de Brasília (UnB), que avalia o desempenho e sustentabilidade de projetos desenvolvidos por Organizações da Sociedade Civil na entrega de serviço público não-estatal.

## APÊNDICE A – DADOS DO ÍNDICE DE EFICIÊNCIA DO PROJETO E DO INDICADOR DE QUALIDADE

**Tabela A1**

*Dados para avaliação quantitativa e qualitativa do projeto*

Mês	GPE	GPR	IEP	IAQ	Mês	GPE	GPR	IEP	IAQ
07/16	762,77	0,00	NA	NA	10/18	833,87	808,74	0,97	NA
08/16	762,77	738,31	0,97	NA	11/18	833,87	781,47	0,94	NA
09/16	833,87	858,46	1,03	NA	12/18	833,87	1170,13	1,40	0,85
10/16	833,87	823,86	0,99	NA	01/19	833,87	845,03	1,01	NA
11/16	833,87	833,87	1,00	NA	02/19	833,87	832,37	1,00	NA
12/16	833,87	843,88	1,01	0,84	03/19	833,87	831,07	1,00	NA
01/17	833,87	833,87	1,00	NA	04/19	833,87	831,07	1,00	NA
02/17	833,87	830,73	1,00	NA	05/19	833,87	831,07	1,00	NA
03/17	833,87	834,45	1,00	NA	06/19	891,95	831,07	0,93	NA
04/17	833,87	834,45	1,00	NA	07/19	891,95	831,75	0,93	NA
05/17	833,87	834,45	1,00	NA	08/19	891,95	831,48	0,93	NA
06/17	833,87	834,86	1,00	NA	09/19	891,95	832,85	0,93	NA
07/17	833,87	827,41	0,99	NA	10/19	891,95	914,92	1,03	NA
08/17	833,87	732,19	0,88	NA	11/19	891,95	870,55	0,98	NA
09/17	833,87	732,19	0,88	NA	12/19	891,95	1920,69	2,15	0,81
10/17	833,87	880,59	1,06	NA	01/20	891,95	853,23	0,96	NA
11/17	833,87	824,00	0,99	NA	02/20	891,95	130,06	0,15	NA
12/17	833,87	867,80	1,04	0,77	03/20	891,95	887,14	0,99	NA
01/18	833,87	808,66	0,97	NA	04/20	891,95	881,98	0,99	NA
02/18	833,87	776,60	0,93	NA	05/20	891,95	836,54	0,94	NA
03/18	833,87	779,79	0,94	NA	06/20	891,95	881,98	0,99	NA
04/18	833,87	779,79	0,94	NA	07/20	891,95	877,93	0,98	NA
05/18	833,87	779,79	0,94	NA	08/20	891,95	879,09	0,99	NA
06/18	833,87	780,18	0,94	NA	09/20	891,95	879,09	0,99	NA
07/18	833,87	780,18	0,94	NA	10/20	891,95	920,69	1,03	NA
08/18	833,87	781,22	0,94	NA	11/20	891,95	943,24	1,06	NA
09/18	833,87	781,22	0,94	NA	12/20	891,95	927,68	1,04	0,95

Fonte: Elaboração própria. NA=não se aplica.